



**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES**

PROCESSO N. 2017.003081-9

RECORRENTE: ALESSANDRO FILGUEIRA RODRIGUES

RECORRIDO: MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM

RELATOR: MAGNO CÉSAR ROSSI JÚNIOR

EMENTA: RECURSO VOLUNTÁRIO CONTRA DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA QUE MANTEVE INALTERÁVEL A BASE DE CÁLCULO DO IPTU DO ANO DE 2017. NÃO CONHECIMENTO. PARCELAMENTO DOS DÉBITOS DE IPTU DOS ANOS DE 2018 E 2020 NO ÂMBITO DO REFIS IV E V. CONFISSÃO DE DÍVIDA. A BASE DE CÁLCULO DO IPTU DOS ANOS DE 2018 A 2020 DECORRE DE MERA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA DO ANO DE 2017.

1. A confissão dos débitos de IPTU dos anos de 2018 a 2020, por decorrência lógica, importa no reconhecimento do débito de IPTU do ano de 2017, visto que aqueles decorrem de mera atualização monetária deste.

2. Recurso de ofício não conhecido.

ACÓRDÃO N. 037/2022

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos. Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, em não conhecer do recurso voluntário, nos termos do voto do relator.

Data da leitura e aprovação: 25 de maio de 2022.

Data do julgamento: 18 de maio de 2022.

Francisco Josenildo Olinto Bezerra – Presidente

Magno César Rossi Júnior – Relator



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PROCESSO N. 2017.003081-9

RECORRENTE: ALESSANDRO FILGUEIRA RODRIGUES

RECORRIDO: MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM

RELATOR: MAGNO CÉSAR ROSSI JÚNIOR

Participaram do presente julgamento os conselheiros: Magno César Rossi Júnior, Francisco Josenildo Olinto Bezerra, Hudson Svante Bezerra Ferreira, Ubiratan Pereira Bezerra, Marcos Fernandes da Silva e Rodrigo Alexandre Bezerra Freire. Ausente o conselheiro Pedro Henrique Júnior.